

CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DE CAMPOS
EDITAL 001/2020

RESULTADO DOS RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA

NÍVEL: ALFABETIZADO

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS ESCOLARES

QUESTÃO Nº 15

CANDIDATO: José Francisco Marinho de Oliveira

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O que se encontra abaixo da imagem não se trata de legenda em língua inglesa e sim a citação do artista que a criou (identificação do artista em uma plataforma de imagens gratuitas para uso comercial). Não é necessário inferir nada dessa citação para a realização da questão e por isso não foi solicitado ao candidato analisá-la durante a realização da prova.

O conteúdo, previsto no programa do concurso, cobrado na referida questão foi: números naturais, números inteiros, números racionais - quatro operações fundamentais (adição, subtração, divisão e multiplicação) em problemas envolvendo situações da vida prática.

Para solucionar a questão o candidato deveria analisar a imagem em que o marcador de combustível foi dividido em quatro (4) partes iguais e

está marcando apenas uma dessas partes, ou seja, $\frac{1}{4}$. No enunciado é informado que a capacidade total desse tanque de combustível é igual a 60 litros. Logo, o que resta de combustível é obtido por meio da operação $60 \div 4 = 15$, alternativa A.

NÍVEL: MÉDIO

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

QUESTÃO Nº 18

CANDIDATO: Luiz Paulo de Souza

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Segue os conceitos que justificam o gabarito da questão:

Estoque Máximo: é a quantidade necessária de um item para suprir a organização em um período estabelecido mais o Estoque de Segurança;
Estoque Médio, Operacional: é considerado como sendo a metade da quantidade necessária para um determinado período mais o Estoque de Segurança;

Fontes: http://estudonet.com.br/detalhe.asp?idcurso=5&keepThis=true&TB_iframe=true&height=550&width=850

http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1499/Gestao_Materiais_ADMINISTRACAO-IFSP.pdf?sequence=1&isAllowed=y

QUESTÃO Nº 20

CANDIDATO: Luiz Paulo de Souza

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Segue os conceitos que justificam o gabarito da questão:

O Planejamento Operacional com planos bem mais focados no **curto prazo**, geralmente elaborados para períodos mais curtos, de 3 a 6 meses, com as definições de **métodos, processos e sistemas** a serem utilizados para que a organização possa alcançar os objetivos globais.

Estes são planos **bem mais detalhados que as etapas anteriores**, especificando as pessoas envolvidas, cada uma de suas responsabilidades, atividades, funções e divisão de tarefas além dos equipamentos e recursos financeiros necessários para colocar os planos em prática.

Uma das principais diferenças do **Planejamento Estratégico para o Planejamento Tático** é que o primeiro é voltado para a organização com um todo, já o segundo é orientado as áreas e departamentos da empresa, sendo **o detalhamento com os meios para atingir os objetivos e metas da organização**. Ou seja, podemos dizer que o Planejamento Tático é a decomposição do Planejamento Estratégico para cada setor, para cada área da empresa.

Fonte: <https://www.treasy.com.br/blog/planejamento-estrategico-tatico-e-operacional/>

QUESTÃO Nº 22

CANDIDATO: Luiz Paulo de Souza

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Segue os conceitos que justificam o gabarito da questão:

A afirmação II é falsa, pois o conceito apresentado se refere à Concorrência e não à Tomada de Preços.

§ 1º Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

§ 2º Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

§ 3º Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

§ 4º Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

§ 5º Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

Fonte:

<https://dhg1h5j42swfq.cloudfront.net/2018/11/19183440/Lei-8666-atualizada-e-esquemmatizada2.pdf>

QUESTÃO Nº 24

CANDIDATO: Anderson Lucas de Andrade Silva

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Segue os conceitos que justificam o gabarito da questão:

O enunciado da questão trata-se do conceito de Portaria, e uma de suas características é apresentar o texto, subdividido em artigos, parágrafos, incisos e alíneas, explicitando a matéria da portaria.

A alternativa "B" é uma característica dos Convênios, e não de uma Portaria.

Fontes: <https://www.trtes.jus.br/principal/atos-normativos/normas-internas/portarias>

https://www.rsirius.uerj.br/pdfs/modelos_documentos/08_exposicaoMotivos.pdf

[PADRONIZAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES OFICIAIS II \(escolaeducacao.com.br\)](http://escolaeducacao.com.br)

QUESTÃO Nº 25

CANDIDATO: Luiz Paulo de Souza

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A questão refere-se ao item: Técnicas administrativas e organizacionais, do conteúdo programático.

Fonte: <https://drive.google.com/file/d/0B-imUnlvCNbjWDFQUGI1QzRNOG8/view>

<http://ceepdivramento.blogspot.com/2015/07/apostila-metodos-e-tecnicas.html>

NÍVEL: SUPERIOR

QUESTÃO Nº 01

TODOS OS CARGOS

RECURSO: DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: Considerando-se que o Twitter é uma [rede social](#) e um [serviço de microblog](#), que permite aos [usuários](#) enviar e receber textos de até 280 [caracteres](#); considerando-se, ainda, que o texto "Da fuzarca ao furdunço", de Gregório Duvivier, ultrapassa esse número, conforme argumentado pelo candidato, e não havendo, portanto, uma alternativa a ser marcada como correta, a questão 01 será anulada.

QUESTÃO Nº 17

CARGOS: ASSISTENTE JURÍDICO E FISCAL TRIBUTÁRIO

RECURSO: DEFERIDO - QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: Constatou-se que a questão não possui alternativa que atende ao enunciado, uma vez que, o efeito "reflexo" não está presente no texto apresentado.

QUESTÃO Nº 19

CARGOS: ASSISTENTE SOCIAL, DENTISTA, ENFERMEIRO, ENFERMEIRO PSF, FARMACÊUTICO, FISIOTERAPEUTA NASF, MÉDICO PSF, NUTRICIONISTA NASF, PSICÓLOGO CLÍNICO, PSICÓLOGO CRAS E PSICÓLOGO NASF

RECURSO: DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: A questão solicitou a alternativa em que não há a necessidade de notificação imediata (em até 24 horas). E apontou a alternativa C (Dengue) como única resposta. Na lista nacional de notificações compulsórias de doenças, agravos e eventos de saúde pública, conforme a portaria ministerial 264/2020 a obrigatoriedade de notificação para a Dengue – Casos é semanal e a obrigatoriedade de notificação para a Dengue – Óbitos é imediata. Como não foi especificado na alternativa C (Dengue), Casos ou Óbitos, defere-se o recurso.

QUESTÃO Nº 25

CARGOS: ASSISTENTE SOCIAL, DENTISTA, ENFERMEIRO, ENFERMEIRO PSF, FARMACÊUTICO, FISIOTERAPEUTA NASF, MÉDICO PSF, NUTRICIONISTA NASF, PSICÓLOGO CLÍNICO, PSICÓLOGO CRAS E PSICÓLOGO NASF

RECURSO: DEFERIDO – ALTERAR GABARITO DE "C" PARA "A"

JUSTIFICATIVA: Erro de gabarito. A razão de mortalidade materna não utiliza como denominador o número de mulheres em idade fértil, mas os de nascidos vivos. Portanto, os dados apresentados são insuficientes para comparar as razões de mortalidade entre os municípios.

CARGO: ASSISTENTE JURÍDICO

QUESTÃO Nº 13

CANDIDATO: Joice Talita do Livramento Santos

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A regência verbal diz respeito à relação que se estabelece entre os verbos e os termos que os complementam ou caracterizam, sendo o verbo o termo regente e o complemento, o termo regido. Para se compreender melhor a regência verbal, torna-se imprescindível saber que os verbos podem ser classificados quanto à sua predicação: intransitivos, transitivos, bitransitivos e de ligação. **Transitivos diretos e indiretos (bitransitivos)** “são os [verbos] que se usam com dois objetos: um direto, outro indireto, concomitantemente” (CEGALLA, 2010, p. 339). Insere-se nesse contexto o verbo “proporcionar”. O período citado apresenta um objeto indireto e não dois, como equivocadamente se argumenta na fundamentação do recurso. Esse objeto indireto único possui dois núcleos: “orquestra” e “interação”. Esse complemento verbal “é regido de preposição necessária e sem valor circunstancial” (CEGALLA, 2010, p. 351). O que confundiu o recorrente diz respeito ao fato de ele não ter percebido que os dois complementos do verbo – o objeto direto e o objeto indireto – encontravam-se na ordem inversa. Na ordem direta, a estrutura seria: “As dele têm uma cor específica e isso proporciona uma relação muito feliz à orquestra e à interação entre ela e os solistas”. Portanto, novo equívoco se comete quando se argumenta acerca do “uso indevido da crase”, pois, de acordo com a norma culta, não há uma inadequação quanto ao emprego de “à” no referido período, pelos motivos expostos. Afirmar que por conta disso o texto foi “mal escrito” – novo equívoco do candidato – é construir um juízo de valor baseado em senso comum, sem a devida comprovação técnico-científica e gramatical, uma demonstração inquestionável de desconhecimento dos fatos da língua materna, patrimônio identitário nacional. Pelo exposto, na questão 13 a sequência permanece correta, assim como o respectivo gabarito. Diante dos fatos, o recurso está indeferido.

Referência CEGALLA, D. Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

QUESTÃO Nº 13

CANDIDATO: Mariana Carnaúba Pedroso

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A regência verbal diz respeito à relação que se estabelece entre os verbos e os termos que os complementam ou caracterizam, sendo o verbo o termo regente e o complemento, o termo regido. Para se compreender melhor a regência verbal, torna-se imprescindível saber que os verbos podem ser classificados quanto à sua predicação: intransitivos, transitivos, bitransitivos e de ligação. **Transitivos diretos e indiretos (bitransitivos)** “são os [verbos] que se usam com dois objetos: um direto, outro indireto, concomitantemente” (CEGALLA, 2010, p. 339). Insere-se nesse contexto o verbo “proporcionar”. O período citado apresenta um objeto indireto e não dois, como equivocadamente se argumenta na fundamentação do recurso. Esse objeto indireto único possui dois núcleos: “orquestra” e “interação”. Esse complemento verbal “é regido de preposição necessária e sem valor circunstancial” (CEGALLA, 2010, p. 351). O que confundiu o recorrente diz respeito ao fato de ele não ter percebido que os dois complementos do verbo – o objeto direto e o objeto indireto – encontravam-se na ordem inversa. Na ordem direta, a estrutura seria: “As dele têm uma cor específica e isso proporciona uma relação muito feliz à orquestra e à interação entre ela e os solistas”. Portanto, novo equívoco se comete quando se argumenta acerca do “uso indevido da crase”, pois, de acordo com a norma culta, não há uma inadequação quanto ao emprego de “à” no referido período, pelos motivos expostos. O efeito de **causalidade** característico de um texto revela a relação entre duas ideias: uma é a causa, outra, a consequência. A **causalidade** é aquela que representa o motivo por meio do qual uma ação aconteceu. A principal conjunção utilizada para isso é o “porque”. Assim, no período “As dele têm uma cor específica e isso proporciona à orquestra e à interação entre ela e os solistas uma relação muito feliz.”, diferentemente do que se afirma na formulação do recurso, a conjunção aditiva “e” estabelece entre uma oração e outra a ideia de “adição, sequência de fatos ou de pensamentos” (CEGALLA, 2010, p. 374), não de causa e consequência. Pelo exposto, na questão 13 a sequência permanece correta, assim como o respectivo gabarito. Diante dos fatos, o recurso está indeferido.

Referência CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

QUESTÃO Nº 33

CANDIDATO: Mariana Carnaúba Pedroso

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A questão exigiu entendimento do candidato sobre a prescrição aplicável à Improbidade Administrativa, diante das assertivas deveria ser marcada a alternativa correta. O candidato se insurge contra o gabarito e solicita anulação da questão. Não assiste razão ao candidato. A questão exigiu conhecimento básico sobre o tema e repete enunciado da súmula 634 do STJ.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

QUESTÃO Nº 21

CANDIDATO: Elisa Rezende Ladeira

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A questão solicitou a alternativa incorreta e se referiu aos Sistemas de Informações em Saúde. Todas as alternativas estão corretas, exceto a C, que se aponta o SINAN como um sistema de informação sobre Natalidade, incorrendo em erro, visto que se trata de um Sistema Nacional de Agravos de Notificação, sendo alimentado por notificações e investigações de doenças e agravos de saúde. Houve inferência sobre mais uma alternativa incorreta (letra B), a qual discorre sobre o SIA (Sistema de Informação Ambulatorial). Esta alternativa é

considerada correta e pode ser verificada no manual técnico operacional do sistema. Tal manual apresenta que “O SIA é o sistema que permite aos gestores locais o processamento das informações de atendimento ambulatorial registrados nos aplicativos de captação do atendimento ambulatorial pelos prestadores públicos e privados contratados/conveniados pelo SUS. As informações extraídas do SIA são utilizadas como um importante instrumento de gestão, subsidiando, assim, as ações de planejamento, programação, regulação, avaliação, controle e auditoria da assistência ambulatorial. Além disso, fornece informações que possibilitam o acompanhamento e a análise da evolução dos gastos referentes à assistência ambulatorial; oferece subsídios para avaliação quantitativa e qualitativa das ações de saúde”. Assim, a proposição de que o SIA é um sistema voltado para dados de procedimentos eletivos (ambulatorial) e econômicos é verdadeira.

Todo o assunto relacionado ao sistema está facilmente disponível em mídia virtual pelo Ministério da Saúde em: <http://sia.datasus.gov.br/principal/index.php>, assim como em seu manual de funcionamento operacional, disponível em: http://www1.saude.rs.gov.br/dados/1273242960988Manual_Operacional_SIA2010.pdf. Portanto, o gabarito permanece inalterado mantendo-se como única resposta a alternativa C.

QUESTÃO Nº 38

CANDIDATO: Dayana Cristine dos Santos

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: De acordo com a fonte apresentada, que encontra-se de acordo com o Conteúdo Programático, e tendo ciência de que o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, o recurso não possui litude, principalmente devido ao fato do Estatuto da Criança e do Adolescente ser base de estudo curricular do Curso de Serviço Social. Sendo assim, tendo conhecimento do ECA, tem se conhecimento do Conselho Tutelar.

FONTE: Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1993 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm

CARGO: ENFERMEIRO

QUESTÃO Nº 33

CANDIDATO: Josiane Taynan Mello

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Segundo literatura oficial do Ministério da Saúde, os pacientes que deverão ser classificados na cor vermelha – emergência devido à necessidade de atendimento imediato:

Dor no peito associada à falta de ar e cianose (dor em aperto, facada, agulhada com irradiação para um ou ambos os membros superiores, ombro, região cervical e mandíbula, de início súbito, de forte intensidade acompanhada de sudorese, náuseas e vômitos ou queimação epigástrica, acompanhada de perda de consciência, com história anterior de IAM, angina, embolia pulmonar, aneurisma ou diabetes. PA diastólica < 130 mm Hg e PA sistólica < 80 mmHg.

CONFERIR EM: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: acolhimento com avaliação e classificação de risco: um paradigma ético-estético no fazer em saúde / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

QUESTÃO Nº 35

CANDIDATO: Bianca Grazieli da Silva; Clara Jéssica Silva Ferreira

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Conforme literatura oficial do Ministério da Saúde, o aumento da vascularização vaginal e aumento do volume abdominal são respectivamente sinais de probabilidade e de presunção de gravidez.

Sinais de presunção de gravidez:

- Atraso menstrual;
- Manifestações clínicas (náuseas, vômitos, tonturas, salivação excessiva, mudança de apetite, aumento da frequência urinária e sonolência);
- Modificações anatômicas (aumento do volume das mamas, hipersensibilidade nos mamilos, tubérculos de Montgomery, saída de colostro pelo mamilo, coloração violácea vulvar, cianose vaginal e cervical, **aumento do volume abdominal**).

Sinais de probabilidade:

- Amolecimento da cérvix uterina, com posterior aumento do seu volume;
- **Paredes vaginais aumentadas, com aumento da vascularização** (pode-se observar pulsação da artéria vaginal nos fundos de sacos laterais);
- Positividade da fração beta do HCG no soro materno a partir do oitavo ou nono dia após a fertilização.

Sinais de certeza:

- Presença dos batimentos cardíacos fetais (BCF), que são detectados pelo sonar a partir de 12 semanas e pelo Pinard a partir de 20 semanas;
- Percepção dos movimentos fetais (de 18 a 20 semanas);
- Ultrassonografia: o saco gestacional pode ser observado por via transvaginal com apenas 4 a 5 semanas gestacionais e a atividade cardíaca é a primeira manifestação do embrião com 6 semanas gestacionais.

CONFERIR EM: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – 1. ed. rev. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.

CARGO: ENFERMEIRO PSF

QUESTÃO Nº 13

CANDIDATO: Maíra Lélia Aliani

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A regência verbal diz respeito à relação que se estabelece entre os verbos e os termos que os complementam ou caracterizam, sendo o verbo o termo regente e o complemento, o termo regido. Para se compreender melhor a regência verbal, torna-se imprescindível saber que os verbos podem ser classificados quanto à sua predicação: intransitivos, transitivos, bitransitivos e de ligação. **Transitivos diretos e indiretos (bitransitivos)** “são os [verbos] que se usam com dois objetos: um direto, outro indireto, concomitantemente” (CEGALLA, 2010, p. 339). Insere-se nesse contexto o verbo “proporcionar”. O período citado apresenta um objeto indireto e não dois, como equivocadamente se argumenta na fundamentação do recurso. Esse objeto indireto único possui dois núcleos: “orquestra” e “interação”. Esse complemento verbal “é regido de preposição necessária e sem valor circunstancial” (CEGALLA, 2010, p. 351). O que confundiu o recorrente diz respeito ao fato de ele não ter percebido que os dois complementos do verbo – o objeto direto e o objeto indireto – encontravam-se na ordem inversa. Na ordem direta, a estrutura seria: “As dele têm uma cor específica e isso proporciona uma relação muito feliz à orquestra e à interação entre ela e os solistas”. Portanto, novo equívoco se comete quando se argumenta acerca do “uso indevido da crase”, pois, de acordo com a norma culta, não há uma inadequação quanto ao emprego de “à” no referido período, pelos motivos expostos. Afirmar que por conta disso o texto foi “mal escrito” – novo equívoco do candidato – é construir um juízo de valor baseado em senso comum, sem a devida comprovação técnico-científica e gramatical, uma demonstração inquestionável de desconhecimento dos fatos da língua materna, patrimônio identitário nacional. Pelo exposto, na questão 13 a sequência permanece correta, assim como o respectivo gabarito. Diante dos fatos, o recurso está indeferido.

Referência CEGALLA, D. Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

QUESTÃO Nº 16

CANDIDATO: Maria Fernanda Aliani

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O princípio da Universalidade preconiza a universalização do acesso aos serviços de saúde em todos os níveis assistenciais do sistema, para todos que dele necessite, pressupondo indiscriminação de acesso, como disposto na lei 8080/1990, capítulo II, artigo 7º *. Assim, não há de se confundir com o princípio da Integralidade que pressupõe a garantia de ações e serviços de saúde articulados, de forma não fragmentada, preventivos ou curativos, necessários a cada caso, independentemente da complexidade exigida, individual ou coletivamente. A questão solicitou o princípio que garante o acesso a todos os níveis assistenciais (Universalidade) e não o princípio que garante a forma integral de cuidado (Integralidade).

Art. 7º ...

I - **Universalidade de acesso** aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência.

II - **Integralidade de assistência**, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.

QUESTÃO Nº 17

CANDIDATO: Maíra Lélia Aliani

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A questão solicitou a alternativa incorreta, sendo determinada apenas a letra C que diz: À direção estadual do SUS compete promover a centralização dos serviços e das ações de saúde. Essa alternativa está incorreta, pois à direção estadual compete promover a descentralização para os Municípios dos serviços e das ações de saúde, conforme lei 8080/90 em seu CAPÍTULO IV, Seção II, artigo 17. Ainda assim houve inferência sobre a alternativa B estar incorreta, pois considerou-se em recurso que “ao Distrito Federal compete as atribuições reservadas apenas ao estado e NÃO ao município”. O entendimento está incorreto visto que, ao Distrito Federal competem as atribuições reservadas aos Estados e aos Municípios, conforme a observação do artigo 19, da seção II e Capítulo IV da mesma Lei 8080/1990 e registrada na alternativa B, deixando-a correta.

QUESTÃO Nº 18

CANDIDATO: Maria Fernanda Aliani

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O recurso solicitou revisão e anulação da questão argumentando que todas estão corretas, porém, somente a alternativa B está fora das competências das Conferências de Saúde, pois a fiscalização da execução dos serviços e ações de saúde é atribuição do Conselho de Saúde. De acordo com o segundo inciso, do primeiro artigo, da lei 8142/1990: o Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros. As Conferências de Saúde possuem competências claras, definidas na lei 8142/90 e o controle fiscalizatório dos serviços pertence às atribuições do Conselho de Saúde. O conteúdo da lei 8142/90 pode ser consultado na íntegra em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/8142.htm.

QUESTÃO Nº 34

CANDIDATO: Maíra Lélia Aliani; Maria Fernanda Aliani

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Conforme literatura oficial do Ministério da Saúde, o aumento da vascularização vaginal e aumento do volume abdominal são respectivamente sinais de probabilidade e de presunção de gravidez.

Sinais de presunção de gravidez:

- Atraso menstrual;
- Manifestações clínicas (náuseas, vômitos, tonturas, salivação excessiva, mudança de apetite, aumento da frequência urinária e sonolência);

• Modificações anatômicas (aumento do volume das mamas, hipersensibilidade nos mamilos, tubérculos de Montgomery, saída de colostro pelo mamilo, coloração violácea vulvar, cianose vaginal e cervical, **aumento do volume abdominal**).

Sinais de probabilidade:

- Amolecimento da cérvix uterina, com posterior aumento do seu volume;
- **Paredes vaginais aumentadas, com aumento da vascularização** (pode-se observar pulsação da artéria vaginal nos fundos de sacos laterais);
- Positividade da fração beta do HCG no soro materno a partir do oitavo ou nono dia após a fertilização.

Sinais de certeza:

- Presença dos batimentos cardíacos fetais (BCF), que são detectados pelo sonar a partir de 12 semanas e pelo Pinard a partir de 20 semanas;
- Percepção dos movimentos fetais (de 18 a 20 semanas);
- Ultrassonografia: o saco gestacional pode ser observado por via transvaginal com apenas 4 a 5 semanas gestacionais e a atividade cardíaca é a primeira manifestação do embrião com 6 semanas gestacionais.

CONFERIR EM: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – 1. ed. rev. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.

QUESTÃO Nº 37

CANDIDATO: Maíra Lélia Aliani

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Conforme a lei **7.498/86, de 25 de junho de 1986**, o Enfermeiro exerce todas as atividades de enfermagem, cabendo-lhe **privativamente:**

- a) direção do órgão de enfermagem integrante da estrutura básica da instituição de saúde, pública e privada, e chefia de serviço e de unidade de enfermagem;
- b) organização e direção dos serviços de enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares nas empresas prestadoras desses serviços;
- c) planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação dos serviços da assistência de enfermagem;
- d) consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem;
- e) consulta de enfermagem;
- f) prescrição da assistência de enfermagem;
- g) cuidados diretos de enfermagem a pacientes graves com risco de vida;
- h) cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas.**

Conforme a mesma legislação como integrante da equipe de saúde compete ao Enfermeiro:

- a) participação no planejamento, execução e avaliação da programação de saúde;
- b) participação na elaboração, execução e avaliação dos planos assistenciais de saúde;
- c) prescrição de medicamentos estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina aprovada pela instituição de saúde;
- d) participação em projetos de construção ou reforma de unidades de internação;
- e) prevenção e controle sistemático da infecção hospitalar e de doenças transmissíveis em geral;
- f) prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados à clientela durante a assistência de enfermagem;
- g) assistência de enfermagem à gestante, parturiente e puérpera;**
- h) acompanhamento da evolução e do trabalho de parto;
- i) execução do parto sem distócia;
- j) educação visando à melhoria de saúde da população.

CONFERIR EM: Lei n 7.498/86, de 25 de junho de 1986.

CARGO: FARMACÊUTICO

QUESTÃO Nº 18

CANDIDATO: Marcelle Malta Marques

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A questão solicita a alternativa incorreta para as competências da Conferência Municipal de Saúde e a única resposta é a letra B: Fiscalizar a execução dos serviços e ações de saúde, visto que esta é uma atribuição do Conselho de Saúde. De acordo com o segundo inciso, do primeiro artigo, da lei 8142/1990: *o Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros*. A candidata argumentou favorável à resposta correta, reafirmando o que foi solicitado na questão. O conteúdo da lei 8142/90 pode ser consultado na íntegra em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/8142.htm.

QUESTÃO Nº 35

RECURSO: DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: Após análise na questão, constatou-se erro na afirmativa III, que prejudica o entendimento da mesma. Portanto, fica anulada a questão.

QUESTÃO Nº 40**RECURSO: DEFERIDO – ALTERAR GABARITO DE “B” PARA “A”**

JUSTIFICATIVA: A única alternativa que atende ao enunciado da questão é a letra A.

CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO**QUESTÃO Nº 13****CANDIDATO:** Rayana Mayra Aliani; Stella Storto**RECURSO: INDEFERIDO**

JUSTIFICATIVA: A regência verbal diz respeito à relação que se estabelece entre os verbos e os termos que os complementam ou caracterizam, sendo o verbo o termo regente e o complemento, o termo regido. Para se compreender melhor a regência verbal, torna-se imprescindível saber que os verbos podem ser classificados quanto à sua predicação: intransitivos, transitivos, bitransitivos e de ligação. **Transitivos diretos e indiretos (bitransitivos)** “são os [verbos] que se usam com dois objetos: um direto, outro indireto, concomitantemente” (CEGALLA, 2010, p. 339). Insere-se nesse contexto o verbo “proporcionar”. O período citado apresenta um objeto indireto e não dois, como equivocadamente se argumenta na fundamentação do recurso. Esse objeto indireto único possui dois núcleos: “orquestra” e “interação”. Esse complemento verbal “é regido de preposição necessária e sem valor circunstancial” (CEGALLA, 2010, p. 351). O que confundiu o recursita diz respeito ao fato de ele não ter percebido que os dois complementos do verbo – o objeto direto e o objeto indireto – encontravam-se na ordem inversa. Na ordem direta, a estrutura seria: “As dele têm uma cor específica e isso proporciona uma relação muito feliz à orquestra e à interação entre ela e os solistas”. Portanto, novo equívoco se comete quando se argumenta acerca do “uso indevido da crase”, pois, de acordo com a norma culta, não há uma inadequação quanto ao emprego de “à” no referido período, pelos motivos expostos. Afirmar que por conta disso o texto foi “mal escrito” – novo equívoco do candidato – é construir um juízo de valor baseado em senso comum, sem a devida comprovação técnico-científica e gramatical, uma demonstração inquestionável de desconhecimento dos fatos da língua materna, patrimônio identitário nacional. Pelo exposto, na questão 13 a sequência permanece correta, assim como o respectivo gabarito. Diante dos fatos, o recurso está indeferido.

Referência CEGALLA, D. Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.**QUESTÃO Nº 25****CANDIDATO:** Fernando Aurélio Guimarães de Almeida**RECURSO: INDEFERIDO**

JUSTIFICATIVA: Não assiste razão ao candidato. No recurso formulado o candidato confunde os conceitos cobrados na questão. De fato, a absolvição penal vincula a depender do teor da decisão absolutória. Ocorre que a questão na assertiva D trata da condenação penal e não de absolvição. Destaca-se ainda que não é necessária ação civil específica para ressarcimento conforme entendimento da doutrina e precedentes dos tribunais superiores.

QUESTÃO Nº 39**RECURSO: DEFERIDO – ALTERAR GABARITO DE “D” PARA “B”**

JUSTIFICATIVA: A alternativa que atende ao enunciado da questão é a letra B, conforme Artigo 32 do Código Tributário Nacional.

CARGO: NUTRICIONISTA DO NASF**QUESTÃO Nº 13****CANDIDATO:** Samantha Jaqueline Brandão Malta**RECURSO: INDEFERIDO**

JUSTIFICATIVA: A regência verbal diz respeito à relação que se estabelece entre os verbos e os termos que os complementam ou caracterizam, sendo o verbo o termo regente e o complemento, o termo regido. Para se compreender melhor a regência verbal, torna-se imprescindível saber que os verbos podem ser classificados quanto à sua predicação: intransitivos, transitivos, bitransitivos e de ligação. **Transitivos diretos e indiretos (bitransitivos)** “são os [verbos] que se usam com dois objetos: um direto, outro indireto, concomitantemente” (CEGALLA, 2010, p. 339). Insere-se nesse contexto o verbo “proporcionar”. O período citado apresenta um objeto indireto e não dois, como equivocadamente se argumenta na fundamentação do recurso. Esse objeto indireto único possui dois núcleos: “orquestra” e “interação”. Esse complemento verbal “é regido de preposição necessária e sem valor circunstancial” (CEGALLA, 2010, p. 351). O que confundiu o recursita diz respeito ao fato de ele não ter percebido que os dois complementos do verbo – o objeto direto e o objeto indireto – encontravam-se na ordem inversa. Na ordem direta, a estrutura seria: “As dele têm uma cor específica e isso proporciona uma relação muito feliz à orquestra e à interação entre ela e os solistas”. Portanto, novo equívoco se comete quando se argumenta acerca do “uso indevido da crase”, pois, de acordo com a norma culta, não há uma inadequação quanto ao emprego de “à” no referido período, pelos motivos expostos. Afirmar que por conta disso o texto foi “mal escrito” – novo equívoco do candidato – é construir um juízo de valor baseado em senso comum, sem a devida comprovação técnico-científica e gramatical, uma demonstração inquestionável de desconhecimento dos fatos da língua materna, patrimônio identitário nacional. Pelo exposto, na questão 13 a sequência permanece correta, assim como o respectivo gabarito. Diante dos fatos, o recurso está indeferido.

Referência CEGALLA, D. Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.**QUESTÃO Nº 18****CANDIDATO:** Samantha Jaqueline Brandão Malta**RECURSO: INDEFERIDO**

JUSTIFICATIVA: A questão solicita a alternativa incorreta para as competências da Conferência Municipal de Saúde e a única resposta é a letra B: Fiscalizar a execução dos serviços e ações de saúde, visto que essa é uma atribuição do Conselho Municipal de Saúde. As Conferências de Saúde possuem competências claras, definidas na lei 8142/90, dentre elas a avaliação, o planejamento, a definição de ações e diretrizes para os serviços de saúde, além de ter a previsão de instituição periódica dos eventos, a cada 4 anos. Portanto, um ente ativamente participativo na elaboração da política local de saúde. O recurso solicitou revisão e anulação da questão argumentando que a Conferência não elabora política e interroga a periodicidade da mesma. No entanto, o primeiro inciso, do primeiro artigo, da lei 8142/1990 refere que: *A Conferência de Saúde reunir-se-á a cada quatro anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes*. O conteúdo da lei 8142/90 pode ser consultado na íntegra em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm.

CARGO: PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO

QUESTÃO Nº 13

CANDIDATO: Jaíne Aparecida Muniz; Rosângela Aparecida de Melo

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A regência verbal diz respeito à relação que se estabelece entre os verbos e os termos que os complementam ou caracterizam, sendo o verbo o termo regente e o complemento, o termo regido. Para se compreender melhor a regência verbal, torna-se imprescindível saber que os verbos podem ser classificados quanto à sua predicação: intransitivos, transitivos, bitransitivos e de ligação. **Transitivos diretos e indiretos (bitransitivos)** “são os [verbos] que se usam com dois objetos: um direto, outro indireto, concomitantemente” (CEGALLA, 2010, p. 339). Insere-se nesse contexto o verbo “proporcionar”. O período citado apresenta um objeto indireto e não dois, como equivocadamente se argumenta na fundamentação do recurso. Esse objeto indireto único possui dois núcleos: “orquestra” e “interação”. Esse complemento verbal “é regido de preposição necessária e sem valor circunstancial” (CEGALLA, 2010, p. 351). O que confundiu o recorrente diz respeito ao fato de ele não ter percebido que os dois complementos do verbo – o objeto direto e o objeto indireto – encontravam-se na ordem inversa. Na ordem direta, a estrutura seria: “As dele têm uma cor específica e isso proporciona uma relação muito feliz à orquestra e à interação entre ela e os solistas”. Portanto, novo equívoco se comete quando se argumenta acerca do “uso indevido da crase”, pois, de acordo com a norma culta, não há uma inadequação quanto ao emprego de “à” no referido período, pelos motivos expostos. Afirmar que por conta disso o texto foi “mal escrito” – novo equívoco do candidato – é construir um juízo de valor baseado em senso comum, sem a devida comprovação técnico-científica e gramatical, uma demonstração inquestionável de desconhecimento dos fatos da língua materna, patrimônio identitário nacional. Pelo exposto, na questão 13 a sequência permanece correta, assim como o respectivo gabarito. Diante dos fatos, o recurso está indeferido.

Referência CEGALLA, D. Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

QUESTÃO Nº 16

CANDIDATO: Virginia do Rosário Teixeira Silva

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A candidata questiona uma afirmativa considerada falsa pela banca. Ela explica que considera tal afirmativa verdadeira. Porém, na afirmativa está posto que: “utilizar as linguagens verbal (oral ou visio-motora, como Libras, e escrita) e corporal para se expressar e partilhar informações, experiências, em contextos semelhantes e produzir sentidos que levem ao entendimento de quem se expressa”. Ela está incorreta pois a Libras não é uma linguagem, e sim uma língua, pois é falada por um povo, possui regras, estruturas, sintaxe, semântica e pragmática próprias e bem definidas. Já a linguagem é o mecanismo usado para transmitir nossas ideias e pode ser tanto de forma verbal quanto não verbal.

QUESTÃO Nº 21

CANDIDATO: Carina Aparecida de Andrade Neide

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A candidata questiona duas afirmativas na questão. Na primeira afirmativa questionada está posto que: “pensar num Projeto Político-Pedagógico é pensar na construção de um documento normatizador da ação educativa que revela a identidade da escola, promovendo a vivência democrática necessária para a participação de ALGUNS MEMBROS da comunidade escolar, resultante de um compromisso assumido coletivamente. O que deixa tal afirmativa incorreta é exatamente o termo ALGUNS MEMBROS. A oportunidade de participação deve ser dada a todos os membros da comunidade escolar, por isso a promoção da vivência democrática deve ser referir a TODOS OS MEMBROS, independente se irão trabalhar efetivamente na construção do documento apenas alguns membros.

Já a outra afirmativa questionada se apresenta com o seguinte texto: “a construção de um projeto político-pedagógico deve partir do pressuposto de que seus autores sejam eles professores, equipe técnica, estudantes, pais ou representantes da comunidade local, interna ou externa, possuem diferentes concepções acerca do processo de educação”. Quando a afirmativa exemplifica os autores do projeto político-pedagógico cita alguns exemplos e finaliza os exemplos com o termo “representantes da comunidade local, interna ou externa”. Tal termos abrange inúmeras outras funções diferentes das citadas nominalmente. Além disso, os profissionais da escola que se encontram no cargo de gestão são profissionais dos grupos já citados na afirmativa. Dessa maneira, eles não estão excluídos da formulação do documento.

QUESTÃO Nº 23

CANDIDATO: Juliana da Consolação Rodrigues

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A candidata questiona a última alternativa afirmando que não cabe ao professor “investir em tecnologia” uma vez que ele não é responsável por “investir nos meios capazes de auxiliar na promoção” das estratégias pedagógicas. Ela está correta em trazer no seu texto tal entendimento. Porém, o enunciado da questão não traz a informação de que todas as alternativas dizem respeito ao papel do professor em sala de aula. O enunciado solicita que o candidato marque a alternativa incorreta sobre os exemplos de estratégias pedagógicas que podem auxiliar

no fomento à inclusão escolar. Tais estratégias podem ser adotadas pelos professores, mas também pelos gestores das escolas. Sendo assim, o gabarito se mantém.

QUESTÃO Nº 31

RECURSO: DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: O enunciado diz respeito ao modelo autônomo de letramento. A alternativa indicada como correta diz respeito ao modelo ideológico de letramento. Sendo assim, não há resposta correta para a questão.

QUESTÃO Nº 33

CANDIDATO: Edna Maria do Nascimento; Juliana da Consolação Rodrigues

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O enunciado traz informações sobre as tendências pedagógicas e o tipo de concepções pedagógicas, destacando as concepções atuais que concebem o processo de ensino e aprendizagem como um processo dialético, no qual existe uma interação entre a parte instrutiva e a parte educativa desse processo. O comando da questão solicita que o candidato identifique a alternativa que explica assertivamente a parte instrutiva desse processo. Por isso, o gabarito se mantém.

QUESTÃO Nº 34

CANDIDATO: Tassiana de Fátima Cândido Santos

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: Recurso improcedente.

QUESTÃO Nº 35

CANDIDATO: Edna Maria do Nascimento

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O enunciado da questão traz informações sobre a importância da interdisciplinaridade ao se trabalhar com as artes visuais, porém afirmar a importância da mesma ser tratada com a mesma seriedade dos demais componentes curriculares. A afirmativa questionada pela candidata traz informações sobre a importância da pesquisa nessa área do conhecimento. Ela permanece correta uma vez que, conforme previsto na BNCC, a pesquisa deve ser estimulada nos alunos. Dessa forma, eles poderão compreender a realidade dada a eles, criar ou recriar obras de arte a partir de sua visão sobre elas.

QUESTÃO Nº 36

CANDIDATO: Virginia do Rosário Teixeira Silva

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: O enunciado da questão solicita que o candidato marque a alternativa incorreta sobre o planejamento didático. A candidata questiona uma das alternativas considerada correta. Segunda ela, não é possível falar de conclusão pois o planejamento é realizado antes da ação educacional ocorrer. A candidata está correta em sua argumentação, porém o texto da alternativa indicada por ela como incorreta não traz apenas a palavra conclusão. É preciso analisar todo o texto da alternativa. Nela está posto que: “o processo de planejamento da ação docente é o plano didático. Em geral, o plano didático assume a forma de um documento escrito, pois é o registro das conclusões do processo de previsão das atividades docentes e discentes. O termo CONCLUSÕES DO PROCESSO DE PREVISÃO diz respeito ao registro de algo que saiu do campo das ideias. Algo que foi pensado, desenvolvido e concluído para então ser aplicado aos alunos. Sendo assim, o gabarito da questão se mantém.

QUESTÃO Nº 37

CANDIDATO: Leontina Lucas da Silva Melo

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A candidata não faz nenhuma solicitação em seu recurso. Apenas traz informações que complementam a questão. Por isso, o gabarito se mantém.

CARGO: PSICÓLOGO DO CRAS

QUESTÃO Nº 21

CANDIDATO: Natália Raquel de Paula

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A questão solicitou a alternativa incorreta e dissertou sobre os Sistemas de Informações em Saúde. Todas as alternativas estão corretas, exceto a C, que se refere ao SINAN como um sistema de informação sobre Natalidade, incorrendo em erro, visto que se trata de um Sistema Nacional de Agravos de Notificação, sendo alimentado por notificações e investigações de doenças e agravos de saúde. O recurso infere que há mais uma alternativa incorreta (letra B), a qual discorre sobre o SIA (Sistema de Informação Ambulatorial). Esta alternativa é considerada correta e pode ser verificada no manual técnico operacional do sistema. Tal manual apresenta que “O SIA é o sistema que permite aos gestores locais o processamento das informações de atendimento ambulatorial registrados nos aplicativos de captação do atendimento ambulatorial pelos prestadores públicos e privados contratados/conveniados pelo SUS. As informações extraídas do SIA são utilizadas como um importante instrumento de gestão, subsidiando, assim, as ações de planejamento, programação, regulação, avaliação, controle e auditoria da assistência ambulatorial. Além disto, fornece informações que possibilitam o acompanhamento e a análise da evolução dos gastos referentes à assistência ambulatorial; oferece subsídios para avaliação quantitativa e qualitativa das ações de saúde”. Assim, a proposição de que o SIA é um sistema voltado para dados de procedimentos eletivos (ambulatorial) e econômicos é verdadeira.

Todo o assunto relacionado ao sistema está facilmente disponível em mídia virtual pelo Ministério da Saúde em: <http://sia.datasus.gov.br/principal/index.php>, assim como em seu manual de funcionamento operacional, disponível em: http://www1.saude.rs.gov.br/dados/1273242960988Manual_Operacional_SIA2010.pdf. Portanto, o gabarito permanece inalterado mantendo-se como única resposta a alternativa C.

QUESTÃO Nº 28

CANDIDATO: Monique Emanuele de Assis

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A Política Nacional de Humanização do SUS possui o Acolhimento como uma de suas diretrizes e está prevista para todo o sistema de saúde, não apenas para as Unidades Básicas de Saúde, além disso, a finalidade do acolhimento não é a redução da fila, mas oferecer uma escuta qualificada às necessidades do usuário, para possibilitar a garantia de acesso oportuno a tecnologias adequadas às suas necessidades, ampliando a efetividade das práticas de saúde assegurando que todos sejam atendidos com prioridades a partir da avaliação de vulnerabilidade, gravidade e risco. O assunto pode ser consultado na íntegra em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf.

QUESTÃO Nº 34

CANDIDATO: Monique Emanuele de Assis; Natália Raquel de Paula

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: De acordo com a Cartilha de Referências Técnicas para atuação do/a Psicólogo/a no CRAS/SUAS, Dentro do CRAS, a Psicologia pode sim contribuir para resgatar o vínculo do usuário com a Assistência Social. " A Psicologia pode contribuir para resgatar o vínculo do usuário com a Assistência Social. A dignidade do público-participante é favorecida a partir de uma relação qualificada com a Assistência Social. Isto impõe a necessidade de se pensarem possibilidades de enfrentamento das dificuldades de realização do controle social. Existe, de fato, espaço para os usuários, na elaboração das ações e políticas destinadas a sua comunidade? A partir de uma análise crítica da Assistência Social, os psicólogos devem contribuir para a superação dessas barreiras". (Página 15)

Os psicólogos no CRAS devem promover e fortalecer **vínculos sócio-afetivos**, de forma que as atividades de atendimento gerem progressivamente independência dos benefícios oferecidos e promovam a autonomia na perspectiva da cidadania. Página 19.

Os **vínculos sociais**, são o elo entre **indivíduo e sociedade** e a condição primordial para se ter uma boa vida.

Referências: Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) Referências Técnicas para atuação do/a Psicólogo/a no CRAS/SUAS / Conselho Federal de Psicologia (CFP), - Brasília, CFP, 2007.

<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/5375>

<https://vademecumbrasil.com.br/palavra/vinculo-social-basico>

QUESTÃO Nº 37

CANDIDATO: Monique Emanuele de Assis

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: A afirmação está correta, pois se trata de uma citação na íntegra de Paulo Dalgalarondo em seu livro Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais, 3ª Edição, página 380. Conforme o autor e notas presentes nesse livro, esse conteúdo está atualizado de acordo com o DSM - 5 e a CID 11. Ou seja, não possui ideias contrárias ao DSM - 5.

QUESTÃO Nº 38

RECURSO: DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

JUSTIFICATIVA: Houve erro na formatação das alternativas III e IV.

QUESTÃO Nº 39

CANDIDATO: Monique Emanuele de Assis

RECURSO: INDEFERIDO

JUSTIFICATIVA: De acordo com Melo 2013, o movimento pela Reforma Psiquiátrica Brasileira objetiva **não somente** a desinstitucionalização da loucura, por meio da extinção dos manicômios, mas também defende os direitos dos sujeitos em sofrimento psíquico e orienta mudanças na assistência em saúde dessa população. Portanto a alternativa "A" encontra-se incompleta, pois o objetivo da Reforma Psiquiátrica não se resume apenas a desinstitucionalização. MELO, A. M. da C. Apontamentos sobre a reforma psiquiátrica no Brasil / Notes about the psychiatric reform in Brazil. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health, [S. l.], v. 4, n. 9, p. 84-95, 2013. DOI: 10.5007/cbsm.v4i9.68692. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/68692>. Não foi possível localizar a referência citada pela candidata.